

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.437.205 - SP (2019/0019781-6)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE ITAPEVI
PROCURADOR : DANIEL LUZ E OUTRO(S) - SP357144
AGRAVADO : JULIO CESAR DA SILVA DE LUCENA
ADVOGADO : THIAGO SILVA PEREIRA - SP305741

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489, § 1º, VI, E 1.022, II, PARÁGRAFO ÚNICO, II, DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. REENQUADRAMENTO DO PADRÃO SALARIAL. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. DIREITO LOCAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão da Corte de origem que inadmitiu o recurso especial.

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão, assim ementado (e-STJ fl. 363):

RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE PROCEDIMENTO COMUM – DIREITO ADMINISTRATIVO – SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL – REENQUADRAMENTO DO PADRÃO SALARIAL – PRETENSÃO À CONCESSÃO DO AUXÍLIO DE DIFERENÇA DE CAIXA, PROGRESSÃO E PROMOÇÃO FUNCIONAL E O ADICIONAL DE INSALUBRIDADE – JULGAMENTO PARCIAL E ANTECIPADO DO MÉRITO – PRETENSÃO RECURSAL À REFORMA PARCIAL – IMPOSSIBILIDADE – MUDANÇA DE CLASSE – POSSIBILIDADE.

1. Preliminarmente, inoccorrência da decadência.
2. No mérito recursal, preenchimento dos requisitos necessários para a promoção (mudança para a Classe D).
3. Sentença de procedência parcial, relativamente à progressão funcional, ratificada.
4. Recurso de agravo de instrumento, apresentado pela parte ré, desprovido.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fl. 405).

Nas razões do recurso especial, o agravante aponta, preliminarmente, violação dos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, II e III, parágrafo único, II, do CPC/2015, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou a respeito de pontos importantes para o deslinde da controvérsia.

No mérito, o recorrente alega afronta aos arts. 345, II, 341, I, do CPC/2015, ao argumento de que é inaplicável a confissão ficta em face do Município no caso dos

autos.

Contrarrazões não apresentadas (e-STJ fl. 505).

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

Contraminuta apresentada (e-STJ fls. 607-609).

É o relatório. Decido.

O recurso em apelo não merece prosperar.

De início, deve ser rejeitada a alegada violação dos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, II e III, parágrafo único, II, do CPC/2015, uma vez que o acórdão recorrido está devidamente fundamentado. A jurisprudência desta Corte é uníssona no sentido de que o julgador não está adstrito a responder a todos os argumentos das partes, desde que fundamente sua decisão. A Corte de origem apreciou a demanda de modo suficiente, pronunciando-se acerca de todas as questões relevantes ao deslinde da controvérsia.

No mérito, o Tribunal de origem dirimiu a controvérsia posta nos autos com os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 365-368):

Inicialmente, anote-se a inocorrência da decadência, para o enquadramento no Plano de Cargos, Vencimentos e Carreiras.

Com efeito. O prazo decadencial de 30 dias, previsto no artigo 41 da Lei Complementar Municipal nº 73/14, está relacionado com a revisão de eventual enquadramento equivocado. Mas, considerando a alegação da parte autora de que não foi submetida a qualquer enquadramento, não há falar, neste aspecto, na ocorrência da decadência.

Aliás, sobreveio, apenas e tão somente, a alteração da nomenclatura dos cargos e funções, e não, progressão ou promoção, como é possível verificar das razões recursais (fls. 8).

Na sequência, o recurso de agravo de instrumento, apresentado pela parte ré, não comporta provimento, devendo prevalecer a r. decisão de Primeiro Grau, que deu a melhor solução ao caso concreto.

A parte agravante pretende, em sede recursal, a reforma parcial da r. sentença de Primeiro Grau e a improcedência da pretensão deduzida na petição inicial, relacionada com promoção para a Classe D.

É dos autos que a parte agravada, Técnico do Executivo Especialidade Gestão Administrativa, ajuizou ação de procedimento comum, contra o Município de Itapevi, objetivando o seguinte: a) concessão do Auxílio de Diferença de Caixa; b) a progressão de classe e de nível na carreira e os respectivos reflexos; c) concessão do Adicional de Insalubridade, no grau máximo. E, alegou, para tanto, ingressou no serviço público, em 18.7.05, preenchendo os requisitos necessários à respectiva promoção e progressão na carreira, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 73/14 e 85/15 (anexo IV). E mais: a) o Adicional de Insalubridade está sendo adimplido em percentual inferior ao devido; b) o Auxílio de Diferença de Caixa, previsto no artigo 161 do Estatuto dos Servidores Públicos de Itapevi, nunca foi adimplido.

Pois bem. A Lei Complementar Municipal nº 73/14, que estabelece o Plano de Carreira dos servidores públicos do Município de Itapevi, prevê os requisitos necessários para a promoção (mudança de classe). Confira-se:

“Art. 20. Após a promoção pelo fim do estágio probatório as próximas ocorrerão a cada 03(três) anos de serviço público municipal.

§ 1º As promoções ocorrerão observando-se as disponibilidades financeiras e orçamentárias do município e o limite legal de despesa com pessoal, sendo privativo do Prefeito Municipal o ato de concessão e o respectivo registro resultante do tempo de serviço mencionado e do resultado da avaliação de desempenho.

§ 2º Os Servidores públicos que chegarem ao final das classes criadas para cada nível, nos termos do Anexo V, e contarem ainda com tempo de serviço na carreira, terão automaticamente sua próxima promoção enquadrada em classe de valor imediatamente superior, observando-se o próximo nível.”

“Art. 24. Somente poderá concorrer à promoção e a progressão o Servidor público que, conjunta ou isoladamente, se enquadrar nos seguintes casos:

I - tiver cumprido o período do estágio probatório previsto em Lei;

II - for aprovado no processo de avaliação de desempenho;

III - possuir tempo e estiver em classe compatível para a progressão ou promoção;

IV - não tiver sofrido nenhuma sanção disciplinar prevista em Lei mesmo que com pontuação compatível;

V - preencher os requisitos e as exigências previstas para o exercício do Cargo no nível superior da carreira;”

E, a realidade dos autos indica, no caso concreto, que a parte agravada preencheu, efetivamente, os requisitos previstos na Lei Complementar Municipal nº 74/14 para a promoção (mudança para a Classe D).

Na verdade, a parte autora ingressou no serviço público em 18.7.05 (fls. 15, dos autos originários), completando os 9 anos exigidos no referido diploma legal para a promoção funcional postulada, em 18.7.14.

De outra parte, é incontroverso o preenchimento do requisito relacionado com as três avaliações de desempenho, com conceitos ótimo e bom.

Outrossim, a Lei Complementar Municipal nº 85/15, no tocante à regra de transição, é inaplicável ao caso concreto, porquanto a parte autora preencheu os requisitos necessários à promoção (mudança para a Classe D), anteriormente, à respectiva vigência.

Finalmente, confira-se, neste aspecto, trecho significado da r. decisão ora impugnada, nos seguintes termos: “A posterior Lei Complementar Municipal nº 85/15, portanto, não poderia inovar criando regra de transição a fim de impedir a promoção do autor, pois se trata de direito adquirido, nos termos do art. 5º, inc. XXXVI, da Constituição Federal.” (fls. 462).

Desse modo, da leitura do acórdão recorrido e das razões recursais, verifica-se que a solução da controvérsia envolve o exame do direito local, na medida em que seria necessária a análise das Leis Complementares Municipais 73/2014, 74/2014 e 85/2015, prática vedada a esta Corte, na via especial, a teor da Súmula 280/STF.

Ante o exposto, **conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial** e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator